

**A FORÇA DO COMÉRCIO DE RUA:
AFIRMAÇÃO DE MULHERES NEGRAS E MESTIÇAS PELO TRABALHO.**

Adriana França¹

Resumo: As mulheres sempre trabalharam, e mesmo associadas aos limites da casa e dos filhos, conseguiram assumir diversas funções produtivas importantes para sua afirmação e promoção histórica. Sua atuação no mercado de trabalho constituiu-se como um dos elementos fundamentais da reconstrução dos seus papéis e das suas identidades. Entretanto, esse processo teve muitas nuances, e não pode ser aplicado do mesmo modo para todas as mulheres. Para as mulheres negras e mestiças, por exemplo, o trabalho nas ruas, através do comércio, já era uma realidade muito antes dos movimentos feministas iniciarem as articulações nesse sentido. Elas buscaram reelaborar os mecanismos de controle existentes nos seus contextos e, lutando pela sobrevivência, construíram uma história de protagonismos, empoderamento e afirmação de sua autonomia.

Palavras-chave: mulheres; negras e mestiças; autonomia; trabalho; comércio de rua.

¹ Mestranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade/ IHAC/ UFBA.
E-mail: afranca1976@gmail.com

As mulheres e o trabalho: um ponto de vista

Desde os anos 70, com a intensificação do projeto feminista, os estudos sobre as mulheres e as diversas relações de gênero passaram a ganhar espaço nas ciências humanas e sociais, lançando novos olhares para a vida social das mulheres. Buscando os referenciais femininos, as pesquisas constataram que na história, marcadamente escrita por homens, as mulheres quase não apareciam, e se assim o fizessem, estavam associadas ao ideal de “mãe”, “*bella femme*” ou “bruxa”, silenciando as outras vivências e experiências femininas.

Nesta história, escrita por homens, os referenciais culturais e sociais do Ocidente foram formados com caráter extremamente masculino, pautado pelas objetivações do espírito, no qual a eficiência e valor residiam no desenvolvimento e na perfeição das realidades objetivas, intimamente relacionadas com os progressos dos grandes períodos. Esses princípios de objetividade e imparcialidade foram associados às características masculinas, e, logo, o avanço produtivo e intelectual também estavam vinculados ao homem. Para a mulher cabia o sentimentalismo, a subjetividade e a parcialidade, que não denotavam força para desenvolver os elementos produtivos das sociedades, sendo mera expectadora dos feitos masculinos.

SIMMEL (1946) foi um dos primeiros estudiosos que questionaram essa forma de pensar das sociedades, buscando analisar a psicologia feminina. Para ele, o caráter unitário da mulher, até então expressado de forma negativa e com falta de objetividade, é a marca que difere a mulher do homem, e para uma análise crítica da sociedade, devem-se reconhecer as bases que distinguem homens e mulheres como tipos autônomos. Neste contexto, a forma feminina da existência, como forma própria independente, não pode ser comparada com critérios masculinos, pois o mundo das mulheres não tem as mesmas medidas e olhares que o mundo dos homens.

Dáí infere-se que é necessário elaborar categorias próprias de análise, buscando o real lugar de fala da mulher. A maioria das mulheres pode revelar sua porção mais objetiva para enfrentar as situações mais “duras” das atividades produtivas com o mesmo empenho, sagacidade e vitalidade, tipicamente masculinos, sem no entanto perder os elementos mais sensíveis que compõem sua natureza feminina, pois nela as partes não se separam do todo, e isso confere maior grau de fidelidade às suas atitudes, uma vez que valores e sentimentos são inseparáveis dos objetos e pessoas relacionados.

Sob esse ponto de vista, não é difícil perceber exemplos reais de mulheres, que pelo viés do trabalho, conseguiram afirmar sua autonomia enquanto “donas” dos seus

próprios destinos, escrevendo e dando visibilidade às suas histórias. Os domínios da casa e das obrigações tipicamente femininas, deixaram de ser os limites para a atuação produtiva e profissional das mulheres. E mesmo que o homem ainda continue prioritariamente associado aos papéis públicos e instrumentais, e as mulheres aos papéis privados, estéticos e afetivos, é possível conjugar o feminino no espaço público sem a sombra e o peso de outrora.

As mulheres sempre trabalharam, e embora em alguns momentos, esse trabalho estivesse somente associado às atividades domésticas e aos cuidados com a família, elas conseguiram assumir diversas funções produtivas, aproveitando com habilidade as possibilidades do mundo do trabalho, tomando para si posições antes inacessíveis (MATOS; BORELLI, 2012). Dessa forma, a atividade produtiva feminina acaba por exprimir uma espécie de promoção histórica da mulher, que passa a governar a si mesma e até a sua família, e ainda possibilita uma nova posição identitária do feminino.

A atuação no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, constitui-se em um dos elementos salutares da construção e reconstrução de seus papéis e de suas identidades. À medida que as mulheres passaram a ingressar no mercado de trabalho, gerindo as despesas do lar diretamente e não mais como “trabalho complementar”, passaram a competir de igual modo ou, até mesmo, ocupando posições superiores em relação ao salário e ao *status* dentro e fora de casa, nas diversas relações com os homens.

Ser mulher e ser trabalhadora traduzem condições socialmente construídas no tempo e no espaço, revelando os variados significados de uma história de lutas, abertas ou camufladas, pela conquista de sua autonomia e pela construção de sua cidadania. Representa também o desafio de vencer os obstáculos de conjunturas políticas e econômicas, que nem sempre tiveram como propósito reconhecer a mulher como sujeito economicamente ativo, ora mantendo-a excluída do processo produtivo, ora explorando a sua força de trabalho como reserva de mão-de-obra, sem uma substantiva valorização social do seu trabalho (SILVA, 2001).

Afirmar a autonomia feminina pelo trabalho foi um processo de muitas nuances e estágios distintos, e não pode ser aplicado do mesmo modo a todas as mulheres. Mulheres de grupos distintos viveram, de modo igualmente distinto, essa conquista de espaços e vozes. “Partiram de patamares desiguais e, no desenrolar dos acontecimentos, não caminharam juntas nem no mesmo passo, com determinadas situações de nítidos privilégios para umas e exclusão para outras.” (NEPOMUCENO, 2012, p. 383). Se

levarmos em conta os dispositivos de exclusão social, a mulher negra vem na última posição, (após o homem negro, que vem após a mulher branca, tendo o homem branco no “topo” da hierarquia social), configurando uma dupla discriminação – a de gênero e a de raça. Assim, enquanto as feministas estavam defendendo que as mulheres, de um modo geral, deveriam ganhar as ruas e trabalhar, as mulheres negras, das camadas mais populares, já trabalhavam nessas ruas, enfrentando os desafios do cotidiano.

Há muitas décadas a mulher negra vem sendo apontada como aquela que experimenta a maior precariedade no mercado de trabalho. Entretanto, os estudos que aprofundam a perspectiva de gênero nem sempre levam em consideração a variável cor. Frequentemente, tais estudos homogeneizam a força de trabalho, tratando-a como se o fator racial inexistisse enquanto diferencial de direitos, ou como se as especificidades que afetam a mulher negra, pudessem ser esgotadas no quadro dos problemas gerais concernente a todas as mulheres.

A mulher negra e mestiça buscou, dentro do seu contexto, reelaborar e “burlar”² os mecanismos de controle a que estavam sujeitas, lutando pela sua sobrevivência e da sua família. Estava presente nas ruas, “socializando” com seus pares. Seu comportamento, modos de pensar e práticas eram tidos como pouco convencionais, pois tinham uma conduta mais abertas ao convívio com seus grupos de trabalho e de lazer. Dessa forma, construiu uma relação mais autônoma e mais dinâmica, impregnada de significados, espelhando crenças, aspirações, valores ideológicos e padrões de conduta próprios, que podem nos desvelar sujeitos históricos, femininos, capazes de traçar seus próprios destinos, tendo seus espaços de negociação material e simbólica na rua.

O trânsito facilitado no comércio de rua, criou as condições indispensáveis para constituir um universo próprio, no qual a afetividade e sociabilidade eram relações formadas durante a permanência nas ruas da cidade. Definir e melhor compreender as experiências de vida dessas mulheres, que descobriram no espaço público uma forma particular de preservar sua identidade, sua vida social e as condições para prover o seu sustento, está diretamente relacionada com a sua passagem e permanência em determinados setores da economia, com as ocupações informais que podem ter

² No sentido proposto no texto, “burlar” refere-se aos desvios e enfrentamos das normas impostas pelo poder público às mulheres negras, que eram alvo de sanções de uma política discriminatória e higienista.

modelado uma personalidade própria de mulheres ousadas, “respondonas”³, “barulhentas”⁴, e espertas negociantes.

Pensar no comércio de rua, nos remete a presença constante dos mais variados tipos de vendedores ambulantes, dentre os quais as mulheres possuem representação significativa. No início da década de 20, no Brasil, a presença feminina ocorria na comercialização de verduras, legumes, frutas, flores, ovos, aves, carnes, peixe, leite, entre outros produtos. Algumas mercavam o excedente de pequenas produções de quintal, outras tinham essa atividade como regular. A casa mais uma vez marcava a presença feminina, mas, dessa vez, a casa era o lugar da produção de doces, salgados e petiscos diversos, que eram comercializados pelas ruas em bandejas, cestos ou tabuleiros, chegando a ter uma produção sob encomenda para uma clientela fixa.

Muito do saber fazer dessas mulheres foi sendo transmitido de geração para geração. Uma aprendia com a outra, e aos poucos saiam de uma condição de passividade e desarticulação, para uma condição de participação econômica e auto gestão de suas vidas. O comércio de rua contribuiu para a formação de uma rede econômica, social, política e cultural, articulada, em muitos casos, por mulheres de coragem e ousadia, que foram à luta por seus lugares na cidade e na sociedade. E engana-se quem pensa que esse cenário é algo fruto do século XX. Mantendo o foco na mulher negra e mestiça, podemos constatar a sua atuação no comércio de rua desde a África Ocidental (séculos XVIII e XIX), onde elas dominavam o pequeno comércio de alimentos, o que lhes garantia papéis econômicos importantes em suas terras de origem.

Analisando um recorte possível nessa temática, temos a atuação de mulheres negras e mestiças nas ruas da cidade de Salvador, desde o século XIX, que foram se reconfigurando, adaptando-se às condições de mercado, existindo até os dias atuais. Chamadas de ganhadeiras, inicialmente, elas desenvolveram uma espécie de “faro para os negócios”, com habilidade no trato da freguesia, na atração e conquista de produtos de qualidade e preços cômodos à clientela, fatores de sucesso na época, que renderam a essas mulheres o monopólio do comércio varejista de produtos perecíveis da cidade. Suas práticas de mercancia, marcada pelos pregões gritados em “nagô”⁵ e pelas indumentárias utilizadas, associadas às conotações religiosas (uma vez que muitas

³ Aquelas que costumam responder prontamente, com palavras mais ásperas.

⁴ Aquelas que fazem ou se envolvem em tumultos ou desordens, caso precisem defender seus interesses.

⁵ A expressão nagô refere-se a grupos étnicos de língua iorubá, falada pelos negros e negras africanos escravizados no Brasil, notadamente no último ciclo do tráfico de escravos – 1770 a 1851.

“filhas de santo”⁶ encontraram no comércio de rua a forma de custear o cumprimento das suas obrigações⁷ dos rituais de candomblé), foram corroborando para a manutenção da cultura afro-baiana, construindo espaços sociais e simbólicos, pela língua, gesto, dança, música, religião, irmandades, e principalmente pela capacidade de articulação para sobrevivência e afirmação de sua identidade negra, diversa desde aquela época, pelas diferentes origens étnicas ou pertenças reconstruídas aqui.

Nessa ambiência do trabalho nas ruas, a venda de comida era uma atividade marcante, e nesse comércio, muitos dos elementos da nossa cultura alimentar foram sendo definidos. Na concorrência dessas “comidas de rua”, o acarajé tornou-se uma das comidas de origem africana com participação mais intensa na alimentação popular dos baianos. Vendido pelas mulheres negras no comércio de rua da Bahia desde o início do século XIX, era preparado à noite, colocado em cestos ou tabuleiros, e em meio a outros quitutes, como abará, mungunzá, mocotó e mingaus, eram mercados entre o final da tarde e à noite nas ruas da cidade.

Hoje, o bolinho feito de feijão-fradinho, cebola e sal, frito no azeite-de-dendê, passou a ser o elemento central do Ofício das Baianas de Acarajé, um exemplo que se relaciona perfeitamente com todo raciocínio desenvolvido até aqui. Pois essas baianas, mulheres negras em sua maioria, tiveram na venda do acarajé uma atividade econômica relevante, e, com sagacidade, souberam mercar, e dele extrair sua renda e sua sobrevivência. Atualmente, por trás de muitas baianas, existem famílias inteiras dependendo dos seus tabuleiros, do acarajé e de outras iguarias.

As baianas de acarajé constituíram-se ainda, como um dos símbolos da cultura baiana, que mantém viva uma tradição ancestral, integrando um sistema alimentar, que ao tempo que sacia e satisfaz o paladar, articula e interage com diferentes dimensões da vida social, ligando o sagrado ao profano, o homem aos orixás, a tradição à modernidade. É importante ressaltar que, em 2004, o Ofício das Baianas de Acarajé foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, registrado no Livro dos Saberes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Cultura.

Construindo e reconstruindo seus papéis e suas identidades a partir de lutas pela própria sobrevivência, essas mulheres souberam utilizar as brechas existentes nos sistemas econômico, político e social. Sistematizaram saberes e técnicas,

⁶ Mulheres adeptas a religião do candomblé, filhas de santos de Ialorixás (mães) ou Babalorixás (pais).

⁷ Ritos de passagem obrigatórios para os adeptos do candomblé.

profissionalizam-se, entraram pelo mundo dos negócios, mas não deixaram de reafirmar sua história e difundir seus conhecimentos.

Se na primeira metade do século XX, principalmente na cidade do Salvador, as famílias esperavam na porta de casa a mulher do acarajé passar com seus bolinhos já prontos, hoje, o acarajé cumpre a função de um almoço ou jantar fora de hora, é servido como “tira-gosto”⁸ em bares ou até mesmo em recepções oficiais e eventos de classes influentes, sendo também uma marca registrada dos *happy hours*. Mas há de se ressaltar que seu domínio continua sendo o comércio de rua, onde ritos discretos de purificação e de sacralização do espaço ainda são realizados.

Na rua, o acarajé se mostra mais inteiro, mais popular, mais forte, tal qual as mulheres que o fazem. Com muito ou pouco acompanhamento, ele vive o dia a dia frenético, alimenta o corpo, e simbolicamente, alimenta nossos referenciais de pertencimento e cultura. E nessas ruas baianas de tantos acarajés, as mulheres negras e mestiças tornaram-se representantes de um grupo discriminado pela história, que enfrentou de forma peculiar as flutuações do mercado e as medidas de vigilância e controle social (SOARES, 1996). O comércio de rua permitiu, especialmente às essas mulheres, a garantia do sustento de suas famílias, a constituição de laços comunitários socioculturais e a afirmação de suas autonomias, tornando-se verdadeiras “tecelãs” de uma importante rede de relações sociais (MOTTA, 2007).

Com luta, articulação, persistência e uma grande habilidade de negociar, as mulheres negras e mestiças foram elementos constantes e ativos do comércio de rua da cidade de Salvador. Resistiram a escravidão e, com seu fim, aos papéis sociais herdados por ela. Avançaram pela Primeira República e enfrentaram a política de higienização do espaço público. Superaram a sistemática estigmatização das pessoas que viviam do trabalho nas ruas, quase sempre depreciado. E continuaram a trabalhar nas ruas, contribuindo para a construção de uma outra história das mulheres, uma história capaz de desvelar os papéis sociais de pessoas comuns, a partir de suas experiências e visões de mundo, que conseguem se destacar econômica e socialmente, refletindo a importância significativa para a autonomia e afirmação feminina.

Transformações e afirmações contínuas

Nossa sociedade transformou-se. As formas de pensar o feminino e o masculino ultrapassaram as dicotomias do início do século XX. As atividades econômicas

⁸ Porções de alimentos diversos servidos em bares e restaurantes, que geralmente antecedem as refeições principais.

ampliaram seu espectro de alcance, as comunicações e tecnologias revolucionaram as fronteiras e os encontros face a face já não são mais os mesmos. Essa constante capacidade de mudança pode ser associada a um profundo processo de valorização da diversidade cultural humana, que se constitui como uma das melhores respostas à hipótese de homogeneização cultural, preconizada pelos críticos mais pessimistas da globalização.

É fato que a globalização protagonizou uma mudança radical e irreversível, com transformações que afetaram desde as estruturas estatais, até as condições de trabalho, passando pela subjetividade coletiva, pela produção cultural e pelas relações cotidianas. É inegável que essa modernidade líquida, ou pós-modernidade, trouxe marcas decisivas para a sociedade e suas práticas tradicionais, que não desapareceram, mas que tiveram seu *status* alterado em muitos aspectos. É importante lembrar que somos consumidores numa sociedade de consumo, e que essa é a sociedade de mercado. Estamos dentro desse mercado, ao mesmo tempo como autores, clientes e mercadorias. (BAUMAN, 2005).

Neste quadro de intensas transformações, após quase um século de depreciação da mulher na sua condição de sujeito ativo, conseguimos perceber um novo momento, no qual o trabalho passou a ser um importante suporte da identidade social das mulheres, mais do que no passado, quando apenas os papéis de mãe e de esposa eram socialmente legítimos (LIPOVETSKY, 1997). A história das mulheres mudou. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada, no seio familiar, nos fundos das cozinhas, para chegar a um espaço público da cidade, do trabalho e da criação. Saiu da condição (imposta) de vítima, para uma posição ativa, de múltiplas interações que proporcionam mudanças. (PERROT, 2007). Saiu do silêncio, da conformidade da “ordem das coisas” e rompeu com os padrões da mulher bem comportada - da “Amélia que era mulher de verdade porque não tinha a menor vaidade...”⁹ - para instaurar novos modelos de mulheres, que vão à luta pela conquista de seus espaços, sejam eles privados, públicos, íntimos, subjetivos...

Excluídas dos postos formais de trabalho pelo preconceito racial do início do século XX, muitas as mulheres negras e mestiças, encontraram nas atividades informais, e notadamente, nas ligadas à cozinha/ alimentação, o espaço para conquistar novos espaços. Sozinhas ou articuladas em grupo como pequenas empreendedoras independentes, produziam e comercializavam seus produtos. Faziam de suas casas

⁹ Referência a letra da música “Ai que saudades da Amélia”, de Mario Lago e Ataulfo Alves, escrita em 1942.

locais de trabalho e convívio social, cultural e religioso. “Nessas pequenas corporações de trabalho, o saber circulava das mais velhas, ou daquelas que sabiam mais, para as mais jovens ou iniciantes” (NEPOMUCENO, 2012, p. 386).

Ingressadas, muitas vezes precocemente, no mercado de trabalho, as meninas e mulheres negras acabaram por aprender de tudo um pouco, e assim conseguiam ajudar a completar a renda da família. Quando casassem ou “amigassem”¹⁰, poderiam obter uma fonte de renda, não ficando dependente economicamente de um companheiro. Isso quando elas próprias já não eram as responsáveis integrais pelo sustento da família que elas constituíam. Esse fato ganhou maior notoriedade a partir da década de 2000, quando foi constatado o crescimento acelerado do número de famílias com a chefia feminina. Neste cenário de afirmação pelo trabalho, as mulheres negras e mestiças perceberam e conseguiram negociar, com habilidade ímpar, os limitados espaços para atuação produtiva, que garantiram sua sobrevivência e ascensão socioeconômica.

É interessante perceber que, ainda hoje, existem algumas características da situação da trabalhadora negra que permanecem marcantes, como a remuneração mais baixa, quando comparada a outros grupos, e a concentração em determinados setores do mercado e em certas atividades cujos salários e condições de trabalho são inferiores, como se fossem “guetos” da subalternização e da realização de atividades manuais. O trabalho realizado pelas mulheres negras, em grande parte, concentra-se nas atividades informais e precárias, ambas mais vulneráveis, que recentemente começaram a ter pequenos amparos legais. Essas mulheres se valeram das ocupações por conta-própria, mais característica dos setores de comércio e serviço, refúgio de sobrevivência de muitos expulsos dos setores mais formalizados e organizados do mercado de trabalho.

Hoje, a mulher continua trabalhando para assegurar sua independência econômica e a autonomia dos rumos de sua vida, contando com legitimidade social. Ainda que seja necessário avançar mais no reconhecimento dos trabalhos de rua, é possível perceber que as mulheres que dominam esse espaço, exprimem a satisfação da conquista de uma identidade profissional. Muitas são donas do seu próprio negócio, são empreendedoras, já não estão mais na ilegalidade, ainda que permaneçam na informalidade, considerando este termo na acepção de CACCIAMALI (1990), que delimita o espaço econômico informal a partir do conceito, das características e do funcionamento da pequena produção mercantil, na qual o trabalhador informal participa na produção sob as formas de “patrão” e “empregado”, conjugando seu trabalho na

¹⁰ Refere-se a uma relação marital não oficializada juridicamente, assim utilizada em alguns dialetos do português no Brasil.

produção e na “gestão”, controlando todo o processo do negócio, com preocupação mais no emprego e na geração de renda, que na rentabilidade mais competitiva, pois a grande maioria das atividades informais se assenta sobre uma base de pequeno valor econômico, quando comparada com a empresas capitalistas de maior porte.

Mas é importante observar que o trabalho associado à geração de renda, vinculado a uma forma de produção, identifica-se também com a busca do lucro. Na acepção weberiana, esse lucro deve ser sempre renovado por meio de uma organização permanente, capitalista e racional. Assim, esse aspecto dialoga com a temática do trabalho, pois se partirmos para a definição da ação econômica capitalista (WEBER, 1987), veremos que ela repousa na expectativa de lucros pela utilização das oportunidades de troca, o que compõe a essência da atividade do comércio, seja ele formal ou informal. Como pensar uma atividade produtiva, em uma sociedade marcadamente capitalista, que não tire vantagem das oportunidades de obtenção de lucro? É provável que esta atividade seja condenada à extinção.

Se a mulher negociante não tivesse em mente o objetivo de acumular recursos, primeiro para sobreviver, e depois para, mais tarde, chamá-los de lucro, sua atuação no mundo do trabalho talvez estivesse fadada aos limites dos cuidados da casa e dos filhos. Com uma percepção aguçada, mesmo que inconsciente, e com o objetivo do lucro material e simbólico, o trabalho nas ruas foi desenvolvido. As mulheres geraram renda, primeiro dividida com seus senhores, quando elas ainda estavam na condição de escravizadas. Mas desde esse momento, começaram a acumular pequenas quantias, que, posteriormente, compraram suas alforrias, cresceram seus empreendimentos e sustentaram, e ainda hoje sustentam, uma rede de negócios, que garantem lucros, reinvestimentos e dignidade para dezenas de pessoas. O trabalho nas ruas foi, portanto, a possibilidade de sobrevivência, o complemento de renda e a realidade para auferir melhores rendimentos para essas mulheres. Este trabalho se tornou o parceiro diário de muitas mulheres que sabem que, através dele, têm uma voz e uma imagem positiva de si e da sua própria vida, por si e pela sociedade que as cerca.

O comércio de rua na cidade de Salvador, foi uma atividade que se constituiu como um elemento formador da cultura local, no modo de ser da sua população e dos seus hábitos, presentes nas baianas de acarajé, nas quitandeiras, nas vendedoras de comidas típicas. A cidade traz assim a marca de uma tradição, vinda desde o século XIX, que está cada vez mais atual, protagonizada por mulheres negras e mestiças, que afirmam seus saberes, suas crenças, sua cultura, sua força e sua beleza femininas.

Reconhecer a importância do trabalho feminino como elemento afirmativo de sua identidade social, significa reconhecer o direito à uma vida própria, com independência econômica, em uma sociedade marcada por processos transitórios. Nela, possuímos múltiplas auto representações e nos comportamos de diferentes maneiras, em diferentes contextos. Construimos e reconstruimos nossas identidades e nossas formas de pertencer, e muito do que somos sofre influência do que produzimos, enquanto sujeitos economicamente ativos. Vemos o mundo por diferentes lentes e abordagens multireferenciadas que são conectadas, transmitidas, ressemantizadas e ressignificadas.

Todos esses elementos compõe nossa identidade e memória, em uma perspectiva social e cultural, destacando-se as inter-relações entre o individual e o coletivo, no compartilhamento de práticas, crenças, representações e lembranças, que emergem visões de mundo e sentimentos de pertencimento. Segundo CANDAU (2012) não pode haver identidade sem memória, pois somente esta permite a autoconsciência da duração. E por outro lado, não pode haver memória sem identidade, pois o estabelecimento de relações entre estados sucessivos do sujeito é impossível se este não tem, *a priori*, um conhecimento de que esta cadeia de sequências temporais pode ter significado para ele.

Através do trabalho, as mulheres encontraram um caminho que lhes proporcionaram voz e visibilidade. Com coragem e determinação elas mostraram, pela prática diária, que podem ser (e são) muito mais do que os modelos socialmente construídos por uma sociedade de motivações masculinas, que agora precisam dividir espaço com o feminino. Foram desconstruindo o papel de “escravas da procriação”, rompendo o ideal da “bela fêmea”, e instaurando novos modelos flexíveis, que lhes permitem assumir quantos papéis desejem e sejam possíveis.

Mulheres negras e mestiças, inseridas nos contextos de precariedade e dificuldade para se manterem trabalhando, produzindo e sustentando suas famílias, tornam-se, assim, sujeitos ativos, que constroem estratégias de superação, empoderam-se e desenvolvem suas capacidades, em busca de sua realização pessoal. Através do trabalho, a palavra independência assume um significado concreto. E pelo trabalho informal, sua importância igualmente significativa reside no exercício da autonomia das mulheres, que sem acesso ao mercado formal, souberam aproveitar e reinventar espaços de atuação reconhecidos de forma inteligente e sagaz.

Transpor os papéis sociais herdados pela escravidão e a dupla discriminação de sexo e cor, representam a conquista não apenas de voz e visibilidade, mas também da ascensão ao controle do seu destino. Mas a luta não acabou, ela permanece e para

avançar, cada dia mais, pelos desafios que o trabalho nas ruas reserva, é necessário coragem, força e perspicácia, e isso foi o que, ao longo da história, não faltou a essas mulheres. Como parte deste processo, encontramos refletido nelas, e nas outras gerações que virão, saberes, experiências, vivências, sentimentos, sensações e representações de um ser que se afirma continuamente.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. **A Economia informal 20 anos depois**. FEA/USP, São Paulo, 1990.
- CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- COSTA, Fabiana Freitas. **Nas avenidas e cruzamentos do gênero, raça, classe e geração: mulheres negras chefes de família em bairros do subúrbio ferroviário de Salvador**. Dissertação de Mestrado, FFCH/UFBA, Salvador, 2009.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN (Brasil). **O Ofício das Baianas de Acarajé – Dossiê IPHAN 6**. Dossiês do Patrimônio Imaterial. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12566&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional> Acesso em: 11 de Setembro de 2011.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A Terceira Mulher – permanência e revolução do feminino**. Rio de Janeiro: Instituto Piaget, 1997.
- MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. **Espaço feminino no mercado produtivo**. In: PINSKY, Carla. PEDRO Joana (orgs). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.
- MOTTA, Alda Brito da. **Família e gerações: atuação dos idosos hoje**. In: BORGES Ângela; CASTRO, Mary Garcia (orgs). **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2007.
- NEPOMUCENO, Bebel. **Protagonismo ignorado**. In: PINSKY, Carla. PEDRO Joana (orgs). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.
- PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PINSKY, Carla. PEDRO Joana (orgs). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **As charuteiras no palco da vida**. In: SARDENBERG, Cecília M. B.; VANIN, Iole M.; ARAS, Livia M. B. (orgs). **Fazendo gênero na historiografia Bahiana**. Salvador: NEIM/ UFBA, 2001. (Coleção Bahianas; 6).

SIMMEL, Georg. **Cultura feminina y otros ensaios**. 5 ed. Buenos Aires: Espasa/Calpa, 1946.

SOARES, Cecília Moreira. **As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX**. Revista Afro Ásia, n. 17, 1996.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tomás J. M. K. Szmrecsányi. 5 ed. São Paulo: Pioneira Ed, 1987.